

O momento económico actual impõe que as empresas e outras entidades públicas e privadas possuam uma consultadoria jurídica capaz de monitorizar todos os seus procedimentos de natureza civil, comercial, laboral, tributária e penal.

Adoptando a premissa de que a prestação de serviços de consultadoria jurídica e advocacia constitui uma autêntica parceria com seus clientes, visando principalmente a prevenção de problemas, através da emissão de pareceres e conselhos jurídicos sobre determinadas questões específicas.